

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: \_\_\_\_\_

Data: 31.08.86

Pg.: \_\_\_\_\_

# A campanha Waimiri/Atroari

4468

Márcio Meira

As terras dos índios Waimiri/Atroari, no Estado do Amazonas, estão localizadas na área de inundação do lago a ser formado pelo fechamento da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina. Desde a década de 70, quando da construção da BR-174, que também passa pelas terras habitadas tradicionalmente por estes povos, que os grandes projetos capitalistas vêm desrespeitando os direitos legítimos de vida do povo Waimiri, de forma violenta e etnocêntrica.

O plano de construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, projetado nos últimos vinte anos e implementado a partir dos anos setenta, vem sendo contestado não só pelas populações locais, que são expulsas de seu tradicional território de moradia e trabalho pelas inundações, mas também por diversos setores da sociedade civil que levantavam o questionamento da viabilidade ecológico social dessas grandes obras na Amazônia. Em Tucuruí, por exemplo, as águas represadas recobriram ampla massa vegetal e vêm poluindo gradativamente o rio Tocantins a jusante da barragem. Somado a este fato, cidades ribeirinhas do dito rio, como Baião e Cametá, não desfrutam ainda da energia elétrica produzida pelas águas outrora verdes do Tocantins, o que seria um mínimo retorno à população regional dos seus sacrifícios causados pela construção da grande obra. Ao contrário disto, a

população regional, ao longo dos anos, nunca foi informada pelas autoridades responsáveis (?) das conseqüências reais decorrentes do fechamento do curso do rio e muito menos a sociedade brasileira não foi, naqueles tempos de autoritarismo militar, levada em consideração em termos de respeito à cidadania. A construção de uma barragem de grande porte na Amazônia, como qualquer outra obra de vulto que tenha efeitos econômicos, ecológicos e sociais graves, deveriam, necessariamente, ser submetida a um referendo popular, efetivamente democrático.

Observamos atualmente, com perplexidade, que estes atos marcados pelo autoritarismo militar continuam a se repetir de forma espantosa. É o caso da construção da Hidrelétrica de Balbina, cujo funcionamento está previsto para 1988, e que inundará todo o território tradicional da Confederação Indígena Waimiri/Atroari, além de áreas ocupadas por lavradores e mais 300.000 hectares de floresta virgem, que provavelmente sofrerão sacrifícios ainda piores que os enfrentados em Tucuruí.

O Movimento de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari (Marewa), que luta pela defesa das terras e cultura desses povos, está preocupado com a total desinformação mantida pela Eletronorte a respeito de assunto de vital

importância para a população: Até quando e porquê a Eletronorte vai esconder à população existente na área a verdade sobre o nível das águas e como procederá as indenizações? — Quando dará uma informação certa e oficial a respeito do destino da BR-174 quando da subida das águas? — Quando indenizará e como as aldeias e territórios Waimiri que serão atingidos com o reservatório? — Quando dará uma definição certa a respeito da forma como retirará a biomassa da área do reservatório e se em definitivo foi afastada a hipótese da utilização de desfolhantes ou herbicidas para a eliminação da massa verde e controle da rebrota, recomendada pelo INPA?

Estas perguntas são feitas pela CPT, CIMI, CUT, Marewa e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais desta região da Amazônia. Estas perguntas, porém estão no inconsciente de todo brasileiro realmente preocupado com o destino de seu país e se revestem atualmente numa importância maior, em vésperas de eleições para a Constituinte. E como cidadão, cabe-me fazer mais perguntas: como, nesta nova Constituição, as vozes populares se revelarão? — Os erros do passado e do presente se perpetuarão no futuro? — Lembremos, afinal, um pensamento de um filósofo alemão, que dizia que a História, quando se repete, uma vez é como tragédia e a outra como farsa.